

Legislação

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 545/2021-Diário da República n.º 181/2021, Série I de 2021-09-16](#)

Tribunal Constitucional

Não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 3.º da Lei n.º 16/2021, de 17 de abril, na parte em que adita o artigo 4.º-C ao Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro (estabelece medidas de apoio no âmbito da suspensão das atividades letivas e não letivas presenciais), e, através deste, altera os n.os 7 e 8 do artigo 23.º e os n.os 7 e 8 do artigo 24.º, ambos do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março; não declara a inconstitucionalidade da norma do artigo 2.º da Lei n.º 16/2021, de 7 de abril, na parte em que introduz uma alínea b) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 3.º da Lei n.º 16/2021, de 7 de abril, na parte em que adita o artigo 4.º-C ao Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro e, através deste, altera os n.os 2 e 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 2.º da Lei n.º 16/2021, de 7 de abril, na parte em que altera o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 8-B/2021, de 22 de janeiro; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 2.º da Lei n.º 15/2021, de 7 de abril, que alterou, em sede de apreciação parlamentar, o n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 6-E/2021, de 15 de janeiro; ressalva, nos termos do n.º 4 do artigo 282.º da Constituição, por motivos de segurança jurídica e de equidade, os efeitos produzidos pelas normas declaradas inconstitucionais, até à publicação deste Acórdão no Diário da República.

[Despacho n.º 9177/2021-Diário da República n.º 181/2021, Série II de 2021-09-16](#)

Finanças, Planeamento e Educação - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e dos Ministros do Planeamento e da Educação

Autorização de lançamento de avisos de abertura de candidaturas para o ano letivo de 2021-2022 para os cursos profissionais e cursos de educação e formação de jovens.

[Portaria n.º 194/2021-Diário da República n.º 182/2021, Série I de 2021-09-17, da Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#)

Define os modelos de diplomas e de certificados em formato eletrónico das ofertas educativas e formativas do ensino básico e secundário.

[Decreto-Lei n.º 78-A/2021Diário da República n.º 190/2021, Série I de 2021-09-29, da Presidência do Conselho de Ministros](#)

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 135-A/2021Diário da República n.º 190/2021, Série I de 2021-09-29, da Presidência do Conselho de Ministros](#)

Altera as medidas no âmbito da situação de alerta.

[Portaria n.º 425/2021 Diário da República n.º 190/2021, Série II de 2021-09-29. da Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação - Gabinetes da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e do Ministro da Educação](#)

Regulamenta a tramitação dos procedimentos concursais de recrutamento e seleção dos cargos de direção das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2021-Diário da República n.º 192/2021, Série I de 2021-10-01, da Presidência do Conselho de Ministros](#)

Determina a designação de um coordenador nacional da Garantia para a Infância.

[Despacho n.º 9787-A/2021 Diário da República n.º 195/2021, 1.º Suplemento, Série II de 2021-10-07](#)

Educação - Gabinete do Ministro

Determina o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático no ano letivo de 2021-2022.

[Declaração de Retificação n.º 33/2021-Diário da República n.º 199/2021, Série I de 2021-10-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o Decreto-Lei n.º 78-A/2021, de 29 de setembro, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

[Deliberação n.º 1043/2021-Diário da República n.º 199/2021, Série II de 2021-10-13](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior
Estabelece as regras relativas à utilização dos exames finais nacionais do ensino secundário como provas de ingresso.

[Despacho n.º 10085/2021- Diário da República n.º 202/2021, Série II de 2021-10-18](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Autoriza a realização de projetos-piloto de partilha de turmas, no âmbito do ensino profissional, nos estabelecimentos de ensino de nível não superior.